

Maria Filomena Gonçalves

## Contribuições para o estudo do português falado do século XVIII: o *Compendio de Orthografia* (1767) de Monte Carmelo

**Abstract:** En el siglo XVIII los gramáticos portugueses trataban de circunscribir una variedad de referencia para el uso oral y escrito de la lengua del Reino. Uno de estos gramáticos fue Frei Luís do Monte Carmelo (1715–1785), que recopiló en su *Compendio de Orthografia* (1767) numerosos fenómenos relativos al portugués hablado de su tiempo. Su amplio listado de fenómenos – entre los cuales muchos son rasgos que el religioso carmelita asignaba a la variación lingüística (diatópica y diastrática) y etiquetaba como “vicios” ou “abusos” de la plebe, i.e. errores – hace posible una aproximación a la *lengua hablada* de la respectiva época. El objetivo del presente trabajo es, por un lado, demostrar la contribución del *Compendio* de Monte Carmelo para el estudio del portugués hablado del siglo XVIII y, por otro lado, analizar dos de los fenómenos registrados en este compendio, en el marco de la discusión dieciochesca sobre la estandarización del portugués.

**Keywords:** Portuguese, spoken language, 18<sup>th</sup> century, pronunciation, Luis do Monte Carmelo

### 1 Introdução

O século XVIII português é uma sincronia pouco estudada do ponto de vista linguístico e, mais ainda, no que diz respeito à língua falada<sup>1</sup>, embora se inclua – de acordo com a periodização da história da língua portuguesa (Castro 2006: 73–78, 185–200; Carreira 2005) – no chamado “período clássico”, cujo património textual tem sido alvo de muita atenção. Em geral, as obras de referência assumem (Castro 2006: 193–200) que as principais mudanças no plano fonético e fonológico (e não só) estavam concluídas ou estariam em processo de consolidação, isto é, seriam gerais na fala comum dos portugueses. Dada

---

1 Usamos, neste artigo, os conceitos de *língua falada* e *língua escrita* sobretudo em sentido medial, mas também concecional. Do ponto de vista medial, a língua falada e a língua escrita opõem-se por terem realização diferente: fónica/oral vs. gráfica. Do ponto de vista concecional, a língua falada é a *língua da proximidade/al. Nähesprache* (entendida aqui na sua aceção ampla), sendo definida por vários traços que a distinguem da língua escrita enquanto *língua da distância/al. Distanzsprache* (cf. Koch/Oesterreicher 2011, especialmente pág. 3–17).

a relativa estabilidade adquirida pelos paradigmas no período clássico da língua, a variação linguística era vista pelos gramáticos do século XVIII como um obstáculo à normalização do português, em particular da sua escrita. Surgiu por isso a necessidade de definir uma variedade de referência que servisse para orientar tanto o uso escrito como o uso oral da língua, o que requeria uma avaliação das variações orais existentes na época e uma seleção daquelas que tivessem cabimento numa variedade padronizada e regulada.

O estudo da língua falada do século XVIII não se pode dissociar da questão ortográfica, então candente entre pessoas instruídas, pois constituem duas faces do mesmo problema. Não por acaso, Setecentos é o século em que os gramáticos, a partir da observação da variação diatópica e diastrática da língua, procuram circunscrever, em termos geográficos e sociais, o que hoje chamamos “português-padrão”. A determinação (e, subsequentemente, a codificação e difusão) desta variedade de referência implicou inevitavelmente a produção de obras metalinguísticas de vários géneros: gramáticas, compêndios ortográficos e dicionários. Nestas obras também se encontram inventários de usos dialetais, diastráticos e diafásicos que – na opinião dos gramáticos daquele tempo – deveriam ser excluídos da “norma” (sobretudo da língua escrita) por carecerem de prestígio. Isto explica por que os principais compêndios ortográficos do século XVIII – principalmente os de Feijó (1734)<sup>2</sup> e Monte Carmelo (1767)<sup>3</sup> – contêm extensos elencos de “Vícios, ou Abusos mais ordinarios da Plebe destes Reinos”, bem como de “Correcções assim na *Orthologia*, como na *Orthografia*” (Monte Carmelo 1767: 500–502). Tais dados permitem fazer, de maneira mais ou menos direta, uma aproximação à língua falada do século XVIII.

Não por acaso, este século caracteriza-se pelo binómio “variação-norma”, já que os gramáticos se confrontavam com a seleção de umas variantes, consideradas “prestigiosas”, em detrimento de outras (diatópicas, diastráticas, diafásicas), vistas como incompatíveis com uma expressão escrita e oral polida. Caracterizada pela variação, a língua falada passa a ser sujeita a um processo conhecido como “standardização”, com vista à homogeneização, regulação e elaboração de uma variedade que servirá de referência sobretudo para a língua escrita e, entre indivíduos cultos, também para o uso oral.

O objetivo deste artigo é, por um lado, enquadrar o *Compendio de Orthografia* (1767) de Frei Luís do Monte Carmelo na indagação setecentista de um padrão

---

2 Sobre este ortógrafo, cf. Gonçalves (1992, 2003) e Kemmler (2001a, 2001b).

3 Cf. Gonçalves (2003: *passim*) e Kemmler (2001b).

linguístico que servisse de referência para a boa pronúncia (e não só) do português, e, por outro, examinar alguns casos de variação linguística identificada pelo ortógrafo na língua falada do seu tempo. Mais precisamente, a partir da visão de Monte Carmelo sobre a fala sua contemporânea, este trabalho centra-se em dois casos de alternância (i.e variação): um prende-se com as vogais /o/ (grafada, no *Compendio*, com <ô>) e /ɔ/ (grafada com <ó>) em sílaba tónica, e o outro com os ditongos [ow] (monotongado por vezes em [o]) e [oj], grafados com <ou> e <oi>, respetivamente. A análise baseia-se nas listas de “erros” e emendas incluídas no *Compendio*, que são tomadas como corpus representativo da língua falada de Setecentos, tal como ela era percebida e avaliada por um homem culto desse século.

## 2 Português falado e standardização

Quem pretenda descrever a língua falada do século XX dispõe de muitas e variadas formas de registo da oralidade (inquéritos linguísticos, gravações áudio e vários suportes digitais, por exemplo). Pelo contrário, quem queira reconstruir a oralidade de fases pretéritas da língua tem de contentar-se com a sua representação em fontes escritas, com todas as limitações que a natureza destas impõe. Por maior que seja a diversidade das fontes (produção textual espontânea, obras prescritivas e descritivas, obras literárias), a representação da fala nunca será totalmente fiel nem completa, a ponto de captar fenómenos tão discretos e exclusivamente orais quanto a entoação ou a velocidade elocutiva. De facto, embora os gramáticos aludam a mudanças ocorridas na pronúncia, a reconstrução completa do oral, em sincronias passadas, é um objetivo inalcançável.

Foi a própria mudança linguística que tornou opaca a relação da escrita com a oralidade, gerando uma rede de correspondências não biunívocas entre as unidades de uma e as de outra. Veja-se, por exemplo, a existência de vários grafemas para a representação da mesma consoante (<s>, <-s->, <ç> para /s/: *só*, *assar*, *ação*; <-s->, <z>, <x> para /z/: *asa*, *azedo*, *exagero*), situação que deriva das mudanças ocorridas no sistema fonológico.

Assim, a escrita é um modo de representação cujos recursos limitados não refletem nem a riqueza nem a dinâmica da língua falada (Duarte 2000: 373–419). É ponto incontroverso que as fontes escritas não constituem um espelho da língua falada, porquanto qualquer representação é sempre uma mediação com características e virtualidades próprias, não raro dependente de fatores externos à língua, o que legitima novas abordagens para a tão debatida relação “oral-escrito” (cf. Kabatek 2000). Embora a vocação primacial do alfabeto

latino fosse a representação biunívoca da pronúncia (uma letra – um som), a historicidade intrínseca à natureza da língua, por um lado e, por outro, os diversos valores culturais e ideológicos investidos na escrita, levaram não só à inclusão de distinções históricas (<j>, <g<sup>e</sup>.i> para o fonema /ʒ/), mas também à consagração de grafias seculares (vejam-se os dígrafos <nh> para /ɲ/ e <lh> para /ʎ/, que remontam à escrita medieval).

A história da ortografia portuguesa ilustra perfeitamente a tensão entre representação fonética, historicidade e etimologia. Com efeito, a partir do século XVI, assistiu-se à reintrodução de muitas grafias etimológicas, sem qualquer correspondência fónica, tendência que se deveu ao Humanismo renascentista e à retomada de modelos greco-latinos. No século XVIII, o reforço da componente etimológica (e até pseudoetimológica) da ortografia prende-se com a busca de um ideal de representação gráfica que plasmasse as origens da língua. Isto explica que, ao menos entre indivíduos letrados desse século, fosse profunda a clivagem entre o português escrito e o português falado. Reformada e simplificada, a ortografia portuguesa atual assenta numa base essencialmente fonológica, conforme sublinham Mateus (2003, 2014: 165–184) e Marquilhas (2015); porém, o mesmo não se poderá dizer das ortografias do século XVIII.

Qualquer intento de descrever o português falado no passado depara-se, desde logo, com dois problemas. O primeiro, como já foi realçado em linhas anteriores, diz respeito à imperfeição da representação escrita, que é a única forma de aproximação à língua falada. O segundo problema prende-se, por sua vez, com a necessidade de filtrar os dados presentes nas antigas gramáticas e ortografias, já que estas obras estão eivadas de prescritivismo normativo. A despeito destas reservas, graças às prescrições dos gramáticos podemos identificar não só muitos traços da língua falada como também juízos de valor e percepções acerca de fenómenos da variação inerente ao exercício oral. Isto explica o valor dos antigos compêndios de ortografia para uma aproximação à língua falada e, é claro, para a história dos processos de standardização linguística em geral (cf. Lebsanft/Tacke 2020).

Falar em “standardização” (cf. Metzeltin 2004; Gonçalves 2020; Silva 2020) equivale a falar em normatização da língua e implica atentar nos testemunhos explícitos ou implícitos de gramáticos e ortografistas, autores que nas suas obras procuravam definir um modelo de língua que orientasse os falantes e os escreventes. Esse processo inicia-se, segundo Conde Silvestre (2007: 318), com a “seleção” de uma variedade, escolha que assenta em aspetos geográficos, sociais, políticos, demográficos e culturais. Como veremos, Monte Carmelo tem nos “Eruditos da Corte” (Lisboa), os falantes de uma variedade prestigiada.

Depois, segue-se a fase de “instrumentação”, que consiste, por sua vez, em dar o primado à variedade selecionada em instâncias socialmente relevantes (ensino, administração, etc.). A seguir, a variedade selecionada passa ainda por uma “elaboração” (Conde Silvestre 2007: 324), que consiste na sua transferência para a comunicação em áreas especializadas (humanidades, ciências, técnicas, etc.), e por uma “codificação”, processo em que a mencionada variedade é estabilizada e regulada mediante obras da “tríade codificadora” (Gonçalves 2018), a saber: gramáticas, trabalhos de ortografia e dicionários. Todos estes processos podem desenvolver-se em paralelo, estando muitas vezes imbricados uns nos outros. No entanto, eles conhecem ritmos diferentes, em função da centralidade conferida à língua como exercício de poder e afirmação cultural no seio da comunidade. Assim, uma mesma obra pode contribuir simultaneamente para a elaboração e para a codificação de uma língua. Porém, devido à visão prescritiva, os testemunhos de gramáticos e ortografistas não podem ser tomados como um retrato da língua oral, requerendo uma filtragem. Por isso, as ferramentas conceptuais da sociolinguística histórica permitem que hoje façamos uma leitura substancialmente diferente dos juízos feitos por antigos gramáticos e ortografistas acerca da variação linguística e da norma. Também por isso, ao invés do que era prática habitual até à década de 60 do século passado, a história da língua não privilegia hoje as fontes literárias, mas antes fontes espontâneas e não prescritivas, embora aquelas tenham contribuído para a elaboração da variedade estandar e da norma.

Como referido anteriormente, a estandardização implica sempre um processo de seleção, porquanto dentre as variedades existentes na língua se promove uma (regional, social), mas a estandardização é igualmente um processo de exclusão, já que as variantes descartadas recebem um estatuto distinto daquele que é conferido à variante que se sobrepõe às demais. Em suma, como processo cultural e sociolinguístico, a estandardização procura restringir a panóplia de variações, de tal sorte que a língua apareça, em cada sincronia, como uma entidade relativamente homogênea, ao arripio da sua natureza que, por definição, é “instável” (cf. Metzeltin 2015).

É esse intuito homogeneizador que leva o ortógrafo Monte Carmelo a categorizar, em 1767, as variantes fonéticas que identificou na língua falada do seu tempo, associando-lhes “etiquetas” equivalentes às que encontramos na marcação lexicográfica: “plebeu”, “vulgar”, “antigo”, “antiquado”, “cómico” (Monte Carmelo 1767: *passim*). Por meio da categorização/hierarquização daquelas, o ortógrafo facultava aos seus contemporâneos orientação sobre a boa pronúncia – “ortologia” (Monte Carmelo 1767), vale dizer, ortoépia – e a correta ortografia (cf. Gonçalves 2020: *passim*).

As variantes excluídas por Monte Carmelo e outros autores setecentistas são, na verdade, uma prova de vida da diversidade de “normas reais” que a língua comporta; porém essas variantes revelam igualmente que a homogeneidade normativa é artificial, sobretudo quando se trata da chamada “norma culta”. Interessam-nos, pois, as possíveis variantes reais do século XVIII – não assentes na cultura escrita –, já que elas escapam à padronização e atestam a riqueza do universo oral.

No que diz respeito ao português, a elaboração histórica de uma variedade estândar (Metzeltin 2005: *passim*; Metzeltin 2015: *passim*) assentou, como é sabido, na seleção geográfica e social dos traços que definiriam essa variedade. Este processo não anulou, como é evidente, as variações, nem esbateu as dúvidas relativas ao exercício oral ou escrito da língua. As fontes metalinguísticas, e disso é exemplo o *Compendio de Orthografia* (1767) de Monte Carmelo, denotam precisamente esta tensão entre o intuito regulador e a variação intrínseca à língua, levando os autores setecentistas a confrontar as variantes e a apontar o respetivo grau de aceitabilidade numa variedade prestigiada da língua. Dentre os usos possíveis, os gramáticos e ortografistas procuravam um “ideal” de língua.

Para a investigação do português falado do século XVIII são por isso imprescindíveis duas fontes metaortográficas, a saber: *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza* (1734), de João de Moraes Madureira Feijó (1688–1741), e *Compendio de Orthografia* (1767), de Frei Luís do Monte Carmelo (1715–1785)<sup>4</sup>. Ambas servem de fonte da língua falada porque apresentam extensas listas de “erros”, acompanhados das suas “emendas”, erros esses que, na verdade, são, em muitos casos, variantes fonéticas então existentes. Várias delas têm vitalidade até hoje e correspondem a fenómenos da variação diatópica ou diastrática ou, simplesmente, da chamada linguagem popular. Com o intuito de normalizar algumas pronúncias, vistas como inapropriadas para a língua praticada pelos “cultos” (Monte Carmelo, 1767: 715) e as classes mais instruídas, ambos os autores aplicam um crivo avaliativo às formas do rol respetivo.

Na secção seguinte, detemo-nos em alguns traços da pronúncia setecentista e na perceção que deles tinha Monte Carmelo.

---

4 Ambos os autores eram religiosos: um pertencia aos teatinos, o outro era carmelita.

### 3 As obras metalinguísticas do século XVIII como fonte para uma “recuperação” da pronúncia portuguesa da época

É a partir da língua escrita que podemos aproximar-nos da língua falada do século XVIII. A existência de *corpora* históricos que incluem fontes representativas de vários géneros textuais e tradições discursivas (Kabatek 2005) do século XVIII não retira importância às obras de Argote (1725), Feijó (1734), Lima (1736) ou Verney (1746), já que nas obras destes autores também se encontram informações preciosas sobre a pronúncia do seu tempo, assim como juízos de valor sobre traços antigos e traços mais recentes. As obras metalinguísticas daqueles e de outros autores confirmam, de facto, a coexistência, na mesma sincronia, de traços antigos e de outros que ainda não estariam totalmente disseminados na comunidade, embora caracterizassem a pronúncia de alguns grupos sociais ou certas variedades regionais.

Assim, no século XVIII já estava generalizada a elevação de vogais pretónicas e postónicas (por ex. em *arcar, filha, melão, fonte, morar, morto*, a vogal pretónica e postónica eram pronunciadas [e], [i] e [u], respetivamente), fenómeno cujas primeiras evidências remontam à época medieval. Também há muito estava nivelada, nas variedades centro-meridionais, a antiga oposição entre o par de sibilantes apicais (a surda, grafada com <s-, -ss->: *sem, passo*, e a sonora, grafada com <-s->: *coser*) e o par de predordentais (a surda, representada por <c, ç>: *cem, paço*, e a sonora, representada por <z>: *cozer*), que se manteve, contudo, em variedades alto-minotas, durienses e transmontanas (Cintra 1983: 151–152). Com estes traços mais antigos coexistiam na língua setecentista outros mais recentes, como a neutralização da oposição entre a africada /tʃ/ (grafada com <ch>: *chave, chumbo*) e a fricativa palatal /ʃ/ (grafada com <x>: *xaile, xarope*). Verney (1746), por exemplo, dá testemunho direto acerca deste fenómeno, para o qual Feijó (1734) chamara já a atenção ao incluir na sua obra muitos exemplos de confusão entre uma e outra grafia, tal como fará Monte Carmelo no seu *Compendio* (1767).

Os juízos de valor dos gramáticos incidem sobretudo nas mudanças mais recentes, pois eram as que motivavam maior insegurança entre os falantes e escreventes do seu tempo. A natural dinâmica da língua falada não era acompanhada pela língua escrita, mais conservadora e presa a convenções, mas é precisamente isso que torna relevante o discurso prescritivo dos gramáticos. Quando estes censuram certas pronúncias, facultam-nos pistas indiretas para a reconstrução da língua falada ou, pelo menos, daquela que certos grupos sociais praticavam no século XVIII.

No português de Setecentos, registavam-se algumas variações quer na pronúncia de certas vogais e consoantes quer de certos ditongos, que até hoje persistem na língua falada. Exemplo disso é a variação entre [ow], reduzido às vezes a [o], e [oj] (cf. Dias 2013), que no português contemporâneo se verifica em palavras como *louro*, pronunciada [ˈlow.ru], [ˈlo.ru] ou [ˈloj.ru] ou *touro*, pronunciada [ˈtow.ru], [ˈto.ru] ou [ˈtoj.ru]<sup>5</sup>. O facto de Feijó e Monte Carmelo registarem esta oscilação, validando – com poucas exceções – [ow] (ou [o]) em detrimento de [oj] (cf. infra, 4.3), traduz, por um lado, a rigidez da visão normativa e homogeneizadora destes autores, e, por outro, a longa duração de muitos processos de variação. Há casos em que a língua comum acabou por incorporar uma das variantes em concorrência. Assim, [ˈkow.və] (*couve*) por exemplo, não alterna *hoje* com [ˈkoj.və] (*coive*)<sup>6</sup>, e [doj] (*dois*), por sua vez, também não alterna com [dow] (*dous*)<sup>7</sup>. As primeiras foram objeto de um processo de seleção histórica, acabando por integrar a variedade estandar. No entanto, é possível que as segundas variantes [ˈkoj.və], [dow]) ainda ocorram em algumas variedades regionais mais conservadoras<sup>8</sup>.

Como mostram os exemplos anteriores, o discurso metalinguístico facultava elementos valiosos quer para a história da estandardização do português escrito, quer para a reconstrução da língua falada, uma vez que nas gramáticas e nos compêndios de ortografia encontramos avaliações sobre fenómenos de variação (diatópica, diastrática, diafásica), dos quais, no decurso do processo de estandardização, alguns foram incluídos e outros excluídos da “língua padrão”.

- 
- 5 Nas variedades setentrionais do português europeu, em geral pronuncia-se [ow] (escrito <ou>), ao passo que nas centro-meridionais este ditongo é reduzido a [o] que, por sua vez, pode alternar, em certas áreas e em certos indivíduos, com [oj]. Não se trata, pois, de uma oscilação generalizada, dependendo de fatores de várias naturezas. Sobre esta alternância e a sua distribuição dialetal, cf. Dias (2013) e Gonçalves (1992).
  - 6 Para Monte Carmelo (1767: 558), “coiva” ou “coive” (hortaliça) é um “abuso” da “Plebe”.
  - 7 Esta é a forma antiga, atestada na documentação medieval. Contudo, tanto *dous* como *dois* estarão atestados desde o século XIII (Houaiss 2001). Sobre esta forma, comentava Feijó (1734: 282): “*Dous*. Ainda que pronunciação se percebe hum som de *i*, e muitos dizem *Dois* [...]”. Também considera como erros “doido”, “doidice”, as únicas formas hoje integradas na língua geral. Segundo Houaiss (2001), *dous* é “menos usado que *dois*”, o autor não indica, porém, qual ou quais a(s) variedade(s) em que é menos usado.
  - 8 Podem ser consultados registos sonoros dessas variedades em MADISON – *A Sound Map of Portuguese Dialects*, disponibilizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. <https://www.clul.ulisboa.pt/en/projeto/madison-sound-map-por-tuguese-dialects> Consultado: 12.01.2022.

#### 4 O *Compendio de Orthografia* (1767): aproximações à língua falada do século XVIII

Importa, antes de mais, situar o *Compendio de Orthografia* de Fr. Luís do Monte Carmelo no contexto das anteriores reflexões acerca do binómio “oral-escrito” e da standardização linguística. Devido a fatores linguísticos, sócio-culturais e ideológicos, é no século XVIII que a definição de uma norma leva os autores a indagarem as variantes próprias da língua falada para, a partir delas, selecionarem as que poderiam fazer parte de uma variedade socialmente prestigiada. As questões teóricas atrás aduzidas permitem compreender em que medida Monte Carmelo, na busca de uma norma ortográfica (e ortoépica), “captou” a língua falada do seu tempo, em concreto a “ortologia”, apontando muitas variações que até hoje persistem seja na pronúncia padrão, seja em pronúncias regionais.

Monte Carmelo participa, como já adiantámos, na corrente setecentista que procura uma norma para o português<sup>9</sup>. Este propósito, que pressupunha selecionar a variedade social e geográfica a ser tomada como referência, levou a uma avaliação sociolinguística *avant la lettre*. Num interessante exercício de categorização e seleção de variantes (língua real), o carmelita traça um retrato da língua falada do seu tempo, para chegar a uma variedade ideal – normalizada, expurgada de “vícios” e “abusos” e dotada de prestígio – que pautasse a ortografia.

No subtítulo do *Compendio de Orthographia da Lingua Portugueza* (Monte Carmelo 1767), anunciam-se “sufficientes catalogos, e novas Regras, paraque em todas Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehendere facilmente a *Orthologia*, e *Prosodia*, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos próprios, da Lingua Portugueza”. Para uma aproximação à língua falada em Setecentos, à luz dos dados oferecidos por Monte Carmelo, interessam-nos principalmente

[...] os novos Catalogos<sup>10</sup>, e Explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos Escritores Portuguezes; de Todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinários, que sem algũa necessidade nam se devem usar em Discursos eruditos; das Frases, e Dicçoens Cómicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se-devem introduzir em Discursos graves, ou

---

9 Neste trabalho, pomos de remissa tudo quanto diz respeito à importância do *Compendio* na história das ideias ortográficas em Portugal. Cf. Gonçalves (1992, 2003) e Kemmler (2001a).

10 A extensão dos *Catálogos* de Monte Carmelo tem sido até interpretada como emulação da *Orthographia* de Madureira Feijó. Dada a receção da obra deste ortógrafo – o primeiro a publicar um *vade mecum* contendo elementos de ortografia, gramática e vocabulário –, a hipótese é plausível.

sérios; e finalmente dos vocábulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e contrario ao nosso Idioma, os quaes sempre se-devem corrigir, ou evitar. (Monte Carmelo 1767: *Portada*).

#### 4.1. A “ortologia”

É nesses catálogos que podemos respigar dados que nos permitem aproximar-nos daquilo que Monte Carmelo considerava a “recta pronunciaçam”. No Prólogo Apologético do *Compendio*, o carmelita aponta como variedade de referência a que “pratica o maior número, não dos ignorantes, ou *Plebêus*, que corrompem os *Idiomas*, mas dos doutos, e peritos da Corte”, atendendo ao que “commumente usam hoje os Cortezãos, e Eruditos” (Monte Carmelo 1767: *Prologo Apologetico*, V). Delimitada nestes termos, a variedade de referência tem uma definição bastante difusa, pois, como admite o próprio ortografista, nem os mais instruídos deixam de ceder perante usos menos polidos. A norma linguística visada por Monte Carmelo assenta, pois, no recorte sociocultural feito no início da obra, e é à luz deste que o autor examina as pronúncias, assim como outros aspetos da língua.

Na aproximação à língua falada de que Monte Carmelo nos deixou testemunho, assumimos dois pressupostos: em primeiro lugar, aceitamos que os dados extraídos do *Compendio* refletem a pronúncia do século XVIII; em segundo lugar, que todas as variantes ortológicas passam pelo crivo da fala dos doutos e cortesãos, em cuja pronúncia se baseia a norma.

No domínio da “ortologia”, Monte Carmelo trata, entre outros aspetos, da posição e do timbre correto da vogal tónica, e, ainda, da pronúncia de certas consoantes. A própria etimologia do termo sugere que à ortologia subjaz uma visão padronizadora e corretiva, logo, normativa da língua. Segundo Monte Carmelo o padrão a seguir estava, como acima se observou, na Corte (Lisboa), onde se encontrava a elite social (“Eruditos e zelosos”) e a sede da governação do reino. Ora, tal como afirma Conde Silvestre (2007: 323), nos centros de poder opera-se o nivelamento de traços regionais e sociais, daí resultando uma variedade menos marcada que, em geral, acaba por impor-se como padrão:

[una] variedad estándar suele desarrollarse a partir del compromiso entre las variedades sociolectales y dialectales que coexisten en la parte del territorio donde se concentra el poder político y económico en el momento histórico apropiado. (Conde Silvestre 2007: 323)

É verdade que Monte Carmelo não foi o primeiro autor a apontar aquela área geográfica e aquele grupo social como referência normativa. Também Argote (1676–1749) alude a Lisboa, confrontando os vários “dialectos locaes” com o da

“Estremadura” (Argote 1725: 292–295), donde se infere que esta é a variedade geográfica selecionada pelo autor. Outro tanto fará Verney (1713–1792), em 1746 (cf. Gonçalves 2010: *passim*), nos vários testemunhos explícitos em que assume a fala da Estremadura como modelo linguístico. Note-se que tanto Argote como Verney seriam praticantes dessa variedade, uma vez que um nascera em Colares e vivera em Lisboa, e o outro nascera em Lisboa, expatriando-se, no entanto, em Itália depois de uma breve permanência em Évora. Estas notas biográficas não são despidiendas, porquanto a variedade de origem pode condicionar a perceção ou a avaliação dos traços de outras variedades. Circulando entre a elite da Corte, ambos reconheceram o efeito centralizador desta em função do poder e do prestígio que lhe estavam associados. Monte Carmelo, por sua vez, nascera no Minho e teria adquirido na infância a pronúncia nortenha; porém, em virtude do seu percurso de vida, esteve exposto a pronúncias centro-meridionais, já então distintas das setentrionais, o que nos leva a supor que a sua fala de adulto não incluía os traços nortenhos mais salientes.

O certo é que, para a “recta pronunciaçam da nossa Lingua” (Monte Carmelo 1767: *Prologo*, 2), é a fala da Corte que ao carmelita lhe serve de crivo das falas das “Provincias Interamnense, e Transmontana, e Beirense”, variedades diatópicas que então se distinguiam – e se distinguem até hoje – por conservarem traços antigos. É o caso da indistinção entre /v/ e /b/ em variedades setentrionais, neutralização vista por Monte Carmelo como um obstáculo a que a língua falada em regiões nortenhos fosse tomada como modelo e contemplada nos vocabulários.

O *Compendio de Orthografia* reflete, como já se adiantou, a tensão entre a variação inerente à língua falada e a necessidade de homogeneizar a língua escrita. Se é verdade que a fixação de uma norma diz respeito essencialmente à língua escrita, não é menos verdade que as prescrições dos gramáticos são presididas simultaneamente por dois aspetos: por um lado, a consciência de que a língua falada é difícil de homogeneizar e, por outro, a busca de uma variedade ideal que se elabora graças à escrita, mas que não é autónoma da oralidade (cf. Scotti-Rosin 1994). Vêm a propósito as palavras de Conde Silvestre acerca do momento em que surge a competição entre variedades orais, em geral posterior a experiências de standardização da escrita:

Suele ser común que la conciencia de la coexistencia de variedades alternativas y cambios lingüísticos en curso – desencadenantes de los procesos históricos de estandarización – comience cuando un estándar incipiente empieza a usarse en la comunicación escrita con fines de permanencia o estéticos; las discusiones sobre la superioridad de una variedad oral frente a otras son siempre posteriores, y suelen derivar de la valoración previa de normas escritas. (Conde Silvestre 2007: 323)

Em sintonia com a perspectiva da época, Monte Carmelo via nas mudanças da pronúncia uma “corrupção”, pecha de que não estava isenta a fala dos “cortesãos”. O ortógrafo atribui essa situação ao facto de a Corte atrair falantes de várias partes do reino, cujas pronúncias acabavam por interferir na dos naturais de Lisboa. Isto equivale a dizer que as variações e as mudanças na fala cortesã são atribuídas a causas externas, e não à própria dinâmica da língua, independentemente do grupo social. Veja-se o trecho seguinte:

Finalmente, devo lembrar, que assim como a causa de hũa grande corrupçã da *Orthologia* Latina foi muita gente de Nações diversas, que antigamente concorria a Roma; assim tambem sucede o mesmo nesta Corte a respeito do nosso Idioma: e por isso devem os Eruditos, e zelosos, cuidar muito na pureza da nossa Orthologia, nam seguindo os abusos, aindaque sejam de muitos, e de pessoas principaes, como bem advertiu o mesmo Cicero. (Monte Carmelo 1767: 725)

Ao reconhecer que nenhuma pronúncia, nem mesmo a da elite, está isenta de “abusos” e “erros” – os chamados desvios “ortológicos” – Monte Carmelo (1767: 421) acaba por denunciar a existência de fenómenos em fase de generalização, que já se estendiam à fala de pessoas de elevado rango social. Embora Monte Carmelo não indique quais desses “abusos” se encontravam então na fala de “pessoas principaes”, a pista facultada pelo ortógrafo tem valor sociolinguístico. Isto é tanto mais relevante quanto se sabe que, para o português, são poucos os estudos sistemáticos de sociolinguística histórica (ressalvem-se Maia 1995; Santos 2006). Porém, não é àqueles falantes (“pessoas principais”) que Monte Carmelo atribui a responsabilidade no processo de variação e mudança na pronúncia, mas, sim, à “Plebe ignorante ou a gente ociosa”:

Aindaque tenho noticia de outros defeitos, ou Abusos opostos á verdadeira Orthologia do Idioma Portuguez; contudo nam me-parece necessario, nem possivel notar, e corrigir todos em hum tam breve Compendio; porque a Plebe ignorante, ou a gente ociosa inventa continuamente Vocabulos novos indignos, ou corrompe os legitimos sem remedio. (Monte Carmelo 1767: 724)

Monte Carmelo reconhece, por outro lado, que alguns traços (“vícios” ou “abusos”) não são privativos da variedade de uma região, donde se infere que o aspeto socioletal, ao menos em certos casos, é mais relevante que o dialetal. Veja-se outro trecho do *carmelita* a este propósito:

Não se-podem attribuir estes defeitos a determinados Povos, ou Lugares, porque se experimentam em pessoas, que foram educadas em diversas Provincias, e talvez os-contrahiram pela frequente, e mútua sociedade. (Monte Carmelo 1767: 502)

As variedades dialetais gozaram, contudo, de uma atenção especial por parte de Monte Carmelo e de outros autores do século XVIII, que nos deixaram vários

testemunhos preciosos para uma “retrospectiva da dialetologia portuguesa” (Ferreira 1994: 108), porque as suas obras se inscrevem nos chamados antecedentes históricos do estudo da variação geográfica. Com efeito, as notas dialetológicas de Monte Carmelo mostram que este tinha consciência da distribuição irregular das variantes entre dialetos e num mesmo dialeto, algo que a dialetologia, como disciplina linguística, viria confirmar no século XX, graças aos seus métodos rigorosos. Os trechos seguintes denotam que o carmelita intuía que os dialetos, apesar dos respetivos traços distintivos, constituíam um *continuum*, motivo por que partilham muitos fenómenos:

Alguns Interamnenses, Transmontanos, e Beirenses, que confinam com aqueles, confundem os acentos circunflexo e agudo, que nas letras E e O, costuma fazer o nosso Idiotismo. (Monte Carmelo 1767: 82)

Os dialectos do nosso Idioma sempre fôram entre si participantes. (Monte Carmelo 1767: 503).

Das palavras do carmelita infere-se que as variedades geográficas, por serem um *continuum*, comungam de muitos traços de pronúncia, motivo por que é difícil escolher uma delas para servir de norma ortológica (i.e. ortoépia) que presida à fixação da norma ortográfica.

Na obra de Monte Carmelo são incontáveis e variadíssimos os exemplos de normalização ortológica (ortoépica), sendo que esta era uma condição necessária à homogeneização e codificação da língua escrita. Por razões de espaço, neste trabalho atentamos apenas em dois aspetos, selecionados precisamente por atestarem a tensão entre a variação inerente à língua oral e a necessidade de uma norma para a escrita: a alternância entre /o/ e /ɔ/ em sílaba acentuada, por um lado; por outro, a alternância entre [ow]/[o] e [oj].

#### 4.2. A alternância entre “o fechado” e “o aberto” em sílaba tónica

A alternância que em 1767 chamou a atenção de Monte Carmelo foi objeto de vários estudos ao longo do século XX e na presente centúria. Importa, por isso, contextualizar historicamente o fenómeno ao qual o ortógrafo setecentista foi sensível, e que, até aos nossos dias, causa insegurança normativa nos falantes, mesmo entre os mais escolarizados. Deve-se a Santos (2015) o mais atualizado estado da questão, incluindo tanto a literatura anterior como os testemunhos de antigos gramáticos, e, ainda, as várias abordagens de que o fenómeno tem sido objeto<sup>11</sup>. A autora reavalia os resultados de trabalhos anteriores (Cavacas 1920;

---

11 Entre estas, Santos refere a fonológica, representada por autores como Barbosa (1988), Andrade (1994), Mateus (2003, 2006) e a morfológica e léxico-semântica, adotada por Villalva (2003).

Vasconcelos 1930; Nunes <sup>9</sup>1989; Williams 1961; Maia 1986; Miguel 1995), nos quais se analisa a origem, a categorização do fenómeno (metafonia, harmonia vocálica, assimilação...) e os condicionamentos históricos que desencadearam o fechamento da tónica /o/ por efeito de uma átona final.

A referida alternância, que afeta substantivos no singular, consiste no fechamento de /ɔ/, derivado de Ō (breve) latino, por influência de uma átona final (f[o]go, não f[ɔ]go; j[o]go, não j[ɔ]go; p[o]rco, não p[ɔ]rco), sendo que os plurais respetivos mantiveram a vogal aberta. De acordo com dados compulsados por Maia (1986: *passim*), o fenómeno já se encontra atestado no século XIII, em documentação da região nortenha, ainda que a sua distribuição seja irregular. Contudo, dever-se-á a Leão (1576) o primeiro testemunho explícito de um gramático sobre esta alternância, pois ao prescrever regras ortográficas assinalou a diferença de timbre da tónica de certos substantivos no singular e no plural. Daqui se deduz que o fechamento da tónica é uma tendência bem anterior ao século XVIII.

A complexidade do fenómeno é acrescida pelo facto de o fechamento não ser sistemático, existindo substantivos (como é o caso de p[o]ço < lat. PŪTEU-) em que, na forma do singular, a vogal tónica é fechada por provenir de lat. Ū, e não devido à influência da átona final, e, na forma do plural, a vogal tónica é aberta (pl. p[ɔ]ços). A par destes casos, devemos considerar, igualmente, a diferença entre uma forma nominal com tónica fechada e formas verbais do mesmo paradigma etimológico com tónica aberta, problema ao qual Monte Carmelo (1767: 105–113) também foi sensível, pois inclui exemplos a ele relativos: “*Acôrdo – Eu acôrdo; Almôço – Eu almôço; Alvorôço – Eu alvorôço*” (Monte Carmelo 1767: 105).

A quantidade de casos contemplados nos catálogos de Monte Carmelo (1767: *passim*) e o facto de o ortógrafo recorrer a acentos gráficos, circunflexo e agudo, para assinalar a vogal (tónica) fechada /o/ (através da grafia <ô>) e a vogal aberta /ɔ/ (através da grafia <ó>) indicam que havia oscilação na pronúncia e também insegurança entre os falantes quanto à pronúncia destas vogais. Por meio da acentuação gráfica, o ortografista facultava ao leitor informação ortoépica relevante. Vejam-se a seguir alguns exemplos ilustrativos dos casos atrás referidos, que analisamos brevemente.

- (1) Substantivos sem a alternância /o/ ~ /ɔ/ entre a forma do singular e a forma do plural: *absôlta, as; absôrta, as; absôrto, os; açôrda, as; alfôbre, es; alfôrge, es; aljôfar, es; balôfa, as; bôda, as; bôlsa, as; contôrno, os; lôbo, os; lôdo, os; minhôto, os; sôpro, sôpros; sôrvo, os* (Monte Carmelo 1767: 105–112)<sup>12</sup>.

12 Os exemplos foram respigados a partir do “*Catalogo dos Nomes* (e também dos Adverbios) que na maior parte nam se-compreendem nestas *Regras*, e tem Accento circunflexo em ambos os *Numeros*” (Monte Carmelo 1767: 105–112).

Segundo indica o uso do acento circunflexo nestes exemplos, Monte Carmelo recomendava para todos os substantivos mencionados a pronúncia fechada da vogal tónica (a pronúncia [o]), tanto na forma do singular como na do plural. Esta pronúncia “modelo” manteve-se até aos nossos dias – excepto no caso do substantivo *contôrno* (hoje: *contorno*), em que a língua falada seguiu o modelo das palavras com tónica aberta no plural, uma vez que, no português contemporâneo, é frequente o plural (*contornos*) com a vogal tónica aberta /ɔ/<sup>13</sup>, ao arripio da sua origem etimológica.

- (2) Substantivos com a alternância /o/ ~ /ɔ/ entre a forma do singular e a forma do plural (um total de 69 exemplos no *Compendio*, *ibidem*): *abôno, abónos; abôrto, abórtos; antepôsto, antepostos; avô, avós; carôço, caróços; côrno, cónnos; côro, córos; chôco, chócos; côrvo, córvos; fôrno, fórnos; miôlo, miólos; môrno, mórnos; nôvo, nóvos; ôlho, ólhos; ôsso, óssos; ôvo, óvos; perdigôto, perdigótos<sup>14</sup>; pescôço, pescóços<sup>15</sup>; pôço, póços; tôro, tóros; tramôço, tramócos. Alguns dizem Tremôço, Tremóços; trôço, tróços; trôco, trócos<sup>16</sup>.*

No grupo acima chama a atenção o plural *abórtos* (do substantivo *abôrto*, hoje: *aborto*), que no tempo de Monte Carmelo se pronunciava, segundo indica o acento agudo, com a vogal tónica aberta [ɔ], enquanto hoje a vogal tónica é fechada (*ab[o]rtos*)<sup>17</sup>. Este caso e o anterior ilustram o que hoje, para nós, é uma evidência: a língua falada segue a sua própria deriva (força centrífuga), conquanto o discurso normativo exerça uma pressão centrípeta entre os mais

13 O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008–2013, <https://dicionario.priberam.org/contorno> [consultado em 10-03-2022], aponta o plural com vogal aberta: “contornos |ó”. No caso de “pescôço/pescóços”, a informação daquele dicionário coincide com a de Monte Carmelo.

14 No *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*: “Plural: perdigotos |ó”. <https://dicionario.priberam.org/perdigoto> [consultado em 02-08-2022].

15 Segundo Amaral (1943: 694), autor que representa o purismo linguístico que grassou nas primeiras décadas da época salazarista, “Pescçoço. O plural normal é com o fechado”, donde se infere que na língua falada existia a variante “pescóços”.

16 Os exemplos foram coligidos na “Regra geral, e *Catalogo dos Nomes*, que tem *Accento circunflexo no singular*, e agudo no *plural*” (Monte Carmelo 1767: 112–114). No caso de “pescôço/pescóços”, a informação do Dicionário Priberam coincide com a de Monte Carmelo. Curiosamente, ao sublinhar que “Alguns dizem [...] *trôço, tróços; trôco, trócos*”, o ortografista dá a entender que não seria essa a pronúncia mais geral. No entanto, no Dicionário Priberam é a pronúncia tida hoje como normal.

17 O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008–2013, <https://dicionario.priberam.org/aborto> [consultado em 10-03-2018], regista “plural: abortos |ó”.

instruídos e cultos, aqueles que tinham acesso a gramáticas e outras obras codificadoras da língua.

- (3) Diferença entre formas nominais e verbais da mesma família lexical no que respeita à qualidade (fechada vs. aberta) da vogal em sílaba tónica: *acôrdo, os. Eu acórdo, acórdas; adôrno-adôrnos. Eu adôrno, adornas; bôrra, as. Eu bórra, tu bôrras; chôro, os. Eu chôro, chôras; côbro. Eu côbro, côbras; dôce, es. Eu adôço; desafôgo, os; desafôgos, desafôgas; adôças; embólso, os. Eu embólso, embólzas, embólza; esfôrço, os; Eu esfôrço, esfôrços; fôfo, os. Eu me-enfôfo, te-enfôfas, elle se-enfôfa<sup>18</sup>; fôrça, as. Eu fôrço, fôrças; gôrdo, os. Eu engôrdo, engôrdas; recôsto, os. Eu recôsto, recôstas.* (Monte Carmelo 1767: 105–112)<sup>19</sup>

De acordo com Monte Carmelo, no português falado do século XVIII o substantivo sing. *acôrdo*, pl. *acôrdos* (atualmente escrito *acordo*, *acordos*) não apresentava a alternância /o/ ~ /ɔ/, que hoje fazem muitos falantes. Este é, na atualidade, um caso que suscita insegurança normativa a respeito da realização da vogal tónica. Embora as gramáticas normativas e os consultórios linguísticos – veja-se *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* (<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt>) – indiquem que a tónica daquele plural é fechada, tal como a do singular, em função da vogal etimológica, o discurso prescritivo não evita a hesitação mesmo entre falantes instruídos.

Anteriormente a Monte Carmelo, já Feijó (1734: 16–17, *passim*) atentara nas alternâncias de timbre em apreço<sup>20</sup> e fizera uso dos acentos gráficos para assinalar quer a existência de alternância /o/ – /ɔ/, como em *chôco/chócos, côro/córos, corno/córnos* (Feijó 1734: 16–17), quer a ausência dela, como em *confôrto/confôrtos, pescôço/pescôços*. No que respeita o substantivo *tremôço*, também coincidem os comentários dos dois ortógrafos a respeito da vogal tónica, pois

18 Este exemplo chama a nossa atenção por dois motivos: o significado do verbo pronominal – “tornar(-se) envaidecido, enfatuado, jactancioso” – e a próclise do pronome átono “*Eu me-enfôfo, te-enfôfas, elle se-enfôfa*” (Monte Carmelo 1767: 108).

19 No dicionário *Priberam* aponta-se o plural etimológico, isto é, com tónica fechada.

20 Feijó (1734: 16) indica uma lista de exemplos em que se destaca o comentário do ortógrafo a respeito do plural de “troco”, que já naquele tempo conhecia uma variante com a vogal tónica aberta: “Bôlo, Bôlos; Bôjo, Bôjos; Bôto, Bôtos; Côco, Côcos; Chôro, Chôros; Côtto, Côtos; Côxo, Côxos; Fôjo, Fôjos; Fôrrro, Fôrrros; Frôxo, Frôxos; Gôrdo, Gôrdos; Gôsto-Gôstos; Gôzo. Gôzos; Lôbo, Lôbos; Môço, Môços; Môcho, Môchos; Mólho do prato, Mólhos; Nôjo, Nôjos; Pôtro, Pôtros; Rôdo, Rôdos; Rôlo-Rôlos; Sôldo paga, Sôldos; Sólho, Sólhos; Sôrvo, Sôrvos; Tôlo, Tôlos; Vôdo, Vôdos, &. Do mesmo modo se pronunciaõ: Barrôco, Barrôcos; Peixôto, Peixôtos; Ferrôlho, Ferrôlhos; Trôco, Trôcos, ainda que muitos dizem Trôcos; Rapôso, Rapôsos, &c”.

ambos remetem de *tremôço/tremóços* para *tramôço, tramóços* (Feijó 1734: 519), e vice-versa<sup>21</sup>.

A coexistência de variantes na pronúncia da vogal tónica de palavras como as arroladas acima representava, como já referimos, um desafio à homogeneidade requerida pela ortografia. A situação era tanto mais complexa quanto é sabido que nas variedades diatópicas a distribuição daquela alternância era irregular (ainda hoje o é), motivo por que os ortógrafos eram levados a catalogar as palavras cuja pronúncia suscitasse dúvidas.

### 4.3. A alternância entre os ditongos [ow] e [oj] em sílaba tónica

O ditongo [ow], que resultou de vários processos evolutivos (assimilação vocálica e vocalização principalmente), em Setecentos já estava reduzido a [o] nas variedades centro-meridionais, pronúncia que foi integrada na língua-padrão. A monotongação não afetou os dialetos setentrionais, nos quais aquele antigo ditongo se pronuncia até aos nossos dias. Nas variedades centro-meridionais em que se registou a redução de [ow] em [o] desenvolveu-se uma alternância entre esta vogal e o ditongo [oj], alternância que está bem ilustrada nas obras dos gramáticos e ortografistas do século XVIII. No entanto, ao registarem as duas variantes, estes autores colocam em primeiro lugar a mais antiga (grafada com <ou>), à qual desse modo dão a primazia, embora não rejeitem a variante mais recente. Argote (1725: 294) exemplifica a pronúncia com o ditongo [oj] (grafado com <oy>) em vez daquela com [ow] ou com [o] (grafados com <ou>), citando palavras como *couro, mouro, touro*. A pronúncia com o ditongo [oj] era considerada distintiva do “dialecto da Beira”, sublinhando que era especialmente característica da Estremadura, região onde “se reteve [...] em muitas palavras, porque ao *Couro*, dizem *Coyro*, ao *Mouro*, *Moyro*, ao *Touro*, *Toyro*”. Feijó (1734: *passim*) condena sistematicamente as variantes com [oj] (grafado por este autor com <oi>), coincidentes algumas com as de Argote – *acoitar, coiraça, coiro, coive, doido, doirado, moiro, oiro, toitiço, toicinho*. Feijó (1734: 260, 282) censura igualmente *coisa* e *dois*, conquanto em ambas as palavras reconheça um “som de i”.

---

21 Bluteau (1721: 269, 238) registou as duas variantes. Contudo, é na entrada relativa a *tremoço* que apresenta o significado da unidade lexical, onde poderá depreender-se que esta era mais recente, uma vez que *tramoço* está atestada na lexicografia latino-portuguesa desde 1569–70. Cf. *Diciweb – Corpus Lexicográfico do Português*: <http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/default.asp?url = Home>. Última consulta: 22.07.2022.

Monte Carmelo, por sua vez, aceita realizações mais recentes com [oj], sem aludir a uma possível alternância (cf. Gonçalves 1991: *passim*). Entre muitas outras, válida a forma *calaboïço* (Monte Carmelo 1767: 188), anteriormente condenada por Feijó (1734: 232), que apenas regista a variante *calabouço*<sup>22</sup>. No caso de várias palavras, o carmelita toma como referência a pronúncia dos “bons Orthólogos”, que as pronunciavam com [oj] e grafavam com <oi> (Monte Carmelo 1767: *passim*). Vejam-se os exemplos:

*açoite, afoito, agoiro, ajoijar, biscoito, caçoilam, cenoira, choirço, choito, coice, coina, coira, coiraça, coirela, coisa, coitada, coiteiro, doidice, doida, doidos, Doiro, dois, estoírar, estoíro, foice, juntoira, lavoira, loira, loireiro, loisa, moirama, moiro, Moita (topónimo), noite (Este nome sempre se-escreve assim), oiça, oiças, oiçam, oiço, oirêlo, Oirêm, oiríço, oiteiro, oitono, peloirinho, peloiro, poisar, poiso, poedoiros, redoíça, roça-doira, roixinol, salmoira, sorvedoiro, Soire (topónimo), Soisa, Soito, suadoiro, tisoira, toicinho, toiro, toitiço, troixa, vassoira.*

A questão era sensível porque, de acordo com Monte Carmelo, havia quem escrevesse certas palavras com <ou> e as pronunciasse com [oj], prática que o ortografista censura, uma vez que

[...] sempre se-devem pronunciar com *oi*, porque os *Dithongos*, e todas as Letras sam arbitrárias no som, e *Tenôres*, ou dependentes do livre uso dos *Principaes*, *Curiaes*, e *Orthologos* eruditos [...] porquanto aquellas Letras ou antes das Consoantes, nesta Regra referida, significam a voz *oi*, e nam a voz *ou*, porque assim o querem os *Orthólogos*. (Monte Carmelo 1767: 142-143)

O testemunho de Monte Carmelo é relevante porque dele se infere que tais pronúncias, audíveis possivelmente na boca de uma elite, já integravam a “ortologia” do século XVIII. Contudo, como se sabe, nem todas as variantes com [oj] vingaram na língua comum. Isto é: embora tenham chegado a ser proferidas por “ortólogos e gente principal”, na competição entre variantes não foram selecionadas para a língua padrão. Desta não fazem parte, com efeito, *cenoira*, *choirço*, *oiteiro*, *oitono*, por exemplo. Noutras palavras, porém, mantém-se a alternância entre [oj] (resultado da redução de [ow]) e [oj] (*ouço* ~ *oiço*, *pousar* ~ *poisar*, *pouso* ~ *poiso*), sem que o estatuto das variantes com o ditongo [oj] seja necessariamente dialetal, já que o mesmo falante pode pronunciar de uma ou de outra maneira.

22 A lexicografia atual raramente oferece a datação de variantes com [oj], o que mostra as dificuldades inerentes à datação daquelas, ao mesmo tempo que traduz a secundarização das que são tidas como não normativas. Houaiss (2001), por exemplo, que atesta *calabouço* no século XVII, nada acrescenta a respeito de *calaboïço*.

O trecho acima mostra, além disso, que a correspondência entre o plano gráfico e o plano fónico, em função do entendimento dos mais instruídos, no século XVIII podia ser totalmente arbitrária, donde se deduz igualmente que muitas grafias mascaram pronúncias da época, pelo que devem ser sujeitas a um crivo interpretativo. Importa, por isso, descodificar o que não raro encobrem as prescrições dos ortografistas que, com frequência, por conservadorismo ou por outras razões, distorcem as pronúncias reais do seu tempo ou delas têm uma percepção errada.

Daqui se infere, ainda, que o intuito normativizador, por visar essencialmente a língua escrita, vai em sentido contrário ao da língua falada, cuja dinâmica aquela não consegue captar. Por isso, muitas das variantes selecionadas pelos “ortólogos” e gramáticos do século XVIII acabaram por não resistir à seleção natural operada na língua falada, na qual acabaram por se disseminar outras variantes, anteriormente condenadas ou expurgadas da pronúncia mais prestigiada.

A par destes, muitos outros exemplos comprovariam que a língua falada é captada precisamente onde os agentes da codificação – gramáticos, ortógrafos, etc. – censuravam, excluía ou rotulavam variantes que, em função de vários fatores sociolinguísticos e culturais, eram descartadas da língua escrita. Por isso mesmo, os catálogos do *Compendio de Orthografia* de Monte Carmelo são preciosas fontes de informação e categorização das variantes do século XVIII, muitas delas expurgadas da ortologia setecentista; porém, esse expurgo revela tanto muito quer acerca da língua falada pelos mais cultos e instruídos (norma ideal ou ortoépia), quer da coexistência de várias normas (dialetais, socioletais e idioletais) ou, ainda, de usos menos sujeitos ao processo de estandardização e codificação.

## 5 Conclusões

Os testemunhos das obras metalinguísticas têm, como se tentou mostrar neste trabalho, várias limitações no que diz respeito à descrição da língua falada. No entanto, o facto de nessas obras os autores apresentarem uma classificação/hierarquização das realizações orais, com vista à seleção daquelas que iriam integrar a variedade normativa, acaba por compensar essas limitações. No seu *Compendio de Orthografia* (1767), Monte Carmelo procura circunscrever uma variedade social e geográfica que servisse de padrão linguístico, principalmente para a língua escrita, cujo processo de estandardização requeria uma homogeneidade impossível de alcançar na língua falada, já que esta se caracteriza pela heterogeneidade e variação.

Embora o *Compendio* alinhe com as preocupações do seu tempo – a normalização e a normatização da língua em confronto com a natural variação desta –, destaca-se das obras congêneres precisamente pela quantidade e variedade de informações reunidas nos catálogos de “abusos” e suas emendas. Neles se encontram exemplos de boa parte das variações orais do século XVIII, principalmente das que então causavam maior embaraço à codificação ortológica, isto é, à fixação de uma pronúncia de referência. Dentre os muitos traços da língua falada que poderiam ser analisados a partir dos referidos catálogos do *Compendio*, a escolha de apenas dois fenómenos – por um lado, a alternância entre a vogal fechada /o/ e a vogal aberta /ɔ/, em sílaba tónica, na flexão de número de certos substantivos e em palavras (substantivos e verbos) pertencentes à mesma família lexical, e, por outro, a alternância entre os ditongos [ow] e [oj], deveu-se a que ambos criaram insegurança normativa no século XVIII e continuam a suscitá-la na atualidade.

Além disso, estes fenómenos de alternância permitem analisar a concorrência entre variantes, o que se reveste de particular interesse no contexto da standardização do português, já que umas são selecionadas e outras, pelo contrário, são rejeitadas. Contudo, a natural deriva da língua não se sujeita às seleções de cariz prescritivo feitas pelos reguladores da língua (gramáticos, ortografistas...), conforme se observou nos exemplos que mostram como na língua atual vingaram precisamente as pronúncias censuradas no século XVIII. Além da valia do *Compendio* como fonte para o estudo da língua setecentista e do processo de standardização inerente à fixação de uma ortografia, ficou também demonstrado que, na língua falada, a concorrência entre variantes é um processo de longo curso, como atestam as duas alternâncias identificadas por Monte Carmelo e que, até hoje, ainda persistem e são fonte de hesitação por parte dos falantes da língua portuguesa.

O *Compendio de Orthografia* (1767) revela, em suma, a tensão entre a natureza centrífuga da língua falada – heterogénea e instável – e a força centrípeta da normatização (reduzora de variantes e niveladora da variação).

## Bibliografia

### Corpus

Argote, Jerónimo Contador de (1725): *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, 2ª impr. Lisboa Occidental: Na Officina da Musica. Disponível em: <https://purl.pt/10>. Última consulta: 22.04.2022.

- Bluteau, D. Rafael (1721): *Vocabulario Portuguez, e Latino*. Vol. 8 (Letra T–Z). Lisboa Occidental: Na Oficina de Pascoal da Sylva.
- Feijó, João de Moraes Madureira (1734): *Orthographia, ou Arte de escrever, E pronunciar com acerto a lingua portugueza* [...]. Lisboa Occidental: Na Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca. <https://purl.pt/13>. Última consulta: 22.04.2022.
- Leão, Duarte Nunes de (1576): *Orthographia da lingua portuguesa*. Lisboa: per Ioão de Barreira impressor delRei N.S.
- Lima, D. Luís Caetano de (1736): *Orthographia da Lingua Portugueza, por D. Luís Caetano de Lima. Clerigo Regular, Examinador das tres Ordens Militares*. Lisboa Occidental: Na Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca. <https://purl.pt/8>. Última consulta: 22.04.2022.
- Monte Carmelo, Frei Luís do (1767): *Compendio de Ortografia com suficientes catalogos e novas regras, paraque em toda as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia e Prosodia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios da Lingua Portugueza accrescenta com outros novos catalogo, e explicação de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos Escriitores Portuguezes; de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios, que sem algũa necessidade nam se-devem usar em Discursos eruditos; das Frases, e Dicçoens Cómicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se devem introduzir em Discursos graves, ou sérios; e finalmente dos Vocabulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e contrarios ao nosso Idioma, os quaes sempre se-devem corrigir, ou evitar: composto pelo [...]*, Religioso Carmelita Descalço, Escritor da sua Ordem, Consultor do Santo Officio, e Examinador das tres Ordens Militares: Impresso á custa de hum amigo do R. Auctor. Lisboa: Na Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo. <https://purl.pt/9>. Última consulta: 13.04.2022.
- Verney, Luís António (1746): *Verdadeiro metodo de estudar*. Valensa: Na oficina de Antonio Balle. <https://archive.org/details/verdadeiromtodod01vern>. Última consulta: 22.04.2022.

## Referências bibliográficas

- Amaral, Vasco Botelho do (1943): *Novo dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. Porto: Editora Educação Nacional.
- Andrade, Ernesto d' (1994): *Temas de fonologia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Barbosa, Jorge Morais (1988): "Notas sobre a pronúncia portuguesa nos últimos cem anos". *Biblos*. Vol. LXIV, 329–382.
- Cardeira, Esperança (2005): *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- Castro, Ivo (2006): *Introdução à história do Português*. Lisboa: Edições Colibri.
- Cavacas, Augusto d'Almeida (1920): *A língua portuguesa e a sua metafonía*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/>
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1983): “Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses”, in: *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 117–159.
- Conde Silvestre, Juan Camilo (2007): *Sociolingüística histórica*. Madrid: Gredos.
- Dias, Ana Paula Veloso Pratas (2013): *A variação ou ~ oi em Portugal Continental*. Dissertação de mestrado em Linguística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: FLUL. [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10138/1/ulfl147999\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10138/1/ulfl147999_tm.pdf). Última consulta: 14.05.2022.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha] <https://dicionario.priberam.org/>. Última consulta: 10.03.2022.
- Diciweb – Corpus Lexicográfico do Português*: <http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/default.asp?url=Home>. Última consulta: 22.07.2022.
- Duarte, Inês (2000): *Língua portuguesa. Instrumentos de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ferreira, Manuela Barros (1994): “Retrospectiva da dialectologia portuguesa”. *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 12, 108–118.
- Gonçalves, Maria Filomena (1991): “Notas para a história da pronúncia portuguesa”, in: *Actas do VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Porto, 1990). Lisboa: Colibri, 145–153.
- Gonçalves, Maria Filomena (1992): *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa*. Lisboa: ICALP. <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/explorar-por-autor.html?aut=130>. Última consulta: 22.04.2022.
- Gonçalves, Maria Filomena (2003): *As ideias ortográficas em Portugal: De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734–1911)*. Lisboa: FCG/FCT.
- Gonçalves, Maria Filomena (2010): “A normalização da língua portuguesa no século XVIII e o Verdadeiro Método de Estudar de Luís António Verney”. *Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. n.º 37/38, 2.º semestre de 2009/1.º semestre de 2010, 83–109. <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/691/458>. Última consulta: 25.03.2022.
- Gonçalves, Maria Filomena (2018): “A língua portuguesa e a tríade codificadora”, in: Freire da Silva, Mário J./ Miranda, Tiago C. dos Reis (coord.): *Libros relege, volve, lege. O livro antigo na Biblioteca do Exército*. Lisboa: Biblioteca do Exército, 278–297.

- Gonçalves, Maria Filomena (2020): “Orthography and Orthoepy”, in: Lebsanft, Franz/Tacke, Felix (edd.): *Manual of Standardization in the Romance Languages*. Berlin/Boston: De Gruyter (= Series Manuals of Romance Languages 24), 652–676.
- Houaiss, António (2001): *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Houaiss. CDRom.
- Kabatek, Johannes (2000): “L’oral et l’écrit – quelques aspects théoriques d’un “nouveau” paradigme dans le canon de la linguistique romane”, in: Dahmen, Wolfgang/Holtus, Günter/Kramer, Johannes/Metzeltin, Michael/Schweickard, Wolfgang/Winkelmann, Otto (edd.): *Kanonbildung in der Romanistik und in den Nachbardisziplinen. Romanistisches Kolloquium XIV*. Tübingen: Narr, 305–320.
- Kabatek, Johannes (2005): “Tradiciones discursivas y cambio lingüístico”. *Lexis* XXIX/2, 151–177.
- Kemmler, Rolf (2001a): “Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911”. *Lusorama* 47–48, 128–319.
- Kemmler, Rolf (2001b): “*Trape, zape, zus, truz, zabumba nelle*: a polémica do *Compendio de Orthografia* de Frei Luís do Monte Carmelo”, in: Schönberger, Axel/Thielemann, Werner (edd.): *Neuere Studien zur lusitanistischen Sprachwissenschaft* (Beihefte zu *Lusorama*, 1. Reihe, 8. Band). Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea, 161–208.
- Koch, Peter/Oesterreicher, Wulf (?2011): *Gesprochene Sprache in der Romania. Französisch, Italienisch, Spanisch, 2.*, aktualisierte und erweiterte Auflage. Berlin/New York: De Gruyter.
- Lebsanft, Franz/Tacke, Felix (edd.) (2020): *Manual of Standardization in the Romance Languages*. Berlin/Boston: De Gruyter (= Series Manuals of Romance Languages, 24).
- MADISON – *A Sound Map of Portuguese Dialects*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. <http://teitok.clul.ul.pt/madison/index.php?action=home>. Última consulta: 12.01.2022.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1986): *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI com referência à situação do galego moderno*. Lisboa: INIC.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1995): “Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre ‘português arcaico’ e ‘português moderno’”. *Diacrítica* 10, 3–30.
- Marquilhas, Rita (2015): “The Portuguese language Spelling Acord”. *Written language and Literacy* 18/2, John Benjamins, 275–386. DOI: 10.1075/wll.18.2.06mar

- Mateus, Maria Helena Mira (2003): “Fonologia”, in: Mateus, Maria Helena Mira *et al.*: *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 987–1033.
- Mateus, Maria Helena Mira (2006): “Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa”, in: *Estudos da Linguagem: Questões de Fonética e Fonologia. Uma Homenagem a Luís Carlos Cagliari*. Bahia: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 159–180.
- Mateus, Maria Helena Mira (2014): “Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa”, in: *A Língua Portuguesa. Teoria, Aplicação e Investigação*. Lisboa: Colibri, 165–184.
- Metzeltin, Miguel (2004): *Las lenguas románicas estándar. Historia de su formación y de su uso*. Uviéu: Academia de la Lingua Asturiana/Llibrería Lingüística.
- Metzeltin, Miguel (2015): “Las lenguas: sistemas inestables pero necesarios”. *Luenga & Fbla* 19, 9–18.
- Miguel, M. Augusta Cavaco (1995): “Interpretação fonológica de alguns plurais em português”, in: *Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 331–340.
- Nunes, José Joaquim (1989): *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Santos, Isabel Almeida (2006): *Norma e codificação. A produção linguístico-gramatical portuguesa*. Dissertação de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Santos, Isabel Almeida (2015): “Rumos e ritmos da mudança linguística: alternância vocálica e flexão de número em português”. *Revista de Lingüística Galega* 7, 125–141. <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/2219>. Última consulta: 22.09.2023.
- Scotti-Rosin, Michael (1994): “Gesprochene Sprache und geschriebene Sprache/ Língua falada e língua escrita”, in: Holtus, Gerold/ Metzeltin, Michael/ Schmitt, Christian (edd.): *Lexikon der Romanistischen Linguistique (LRL)*. Vol. 6(2). Berlin/Boston: De Gruyter, 308–313.
- Silva, Augusto Soares da (2020): “Normative grammars”, in: Lebsanft, Franz/Tacke, Felix (edd.) (2020): *Manual of Standardization in the Romance Languages*. Berlin/Boston: De Gruyter (= Series Manuals of Romance Languages, 24), 679–700.
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1930): “A metafonia na língua portuguesa”. *Revista Lusitana* 38/1–4, 16–20.
- Villalva, Alina (2003): “Estrutura morfológica básica”, in: Mateus, Maria Helena Mira *et al.*: *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 917–938.
- Williams, Edwin B. (1961): *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional.